



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003790-55.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **POLIANA MARQUES DA SILVA**
Requerido: **Brasil Telecom S A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que possuía contrato de prestação de serviços com a ré, tendo ela promovido sua inscrição perante órgãos de proteção ao crédito em decorrência de dívida já quitada.

Almeja à declaração da inexigibilidade do débito e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

Destaco de início que a ré foi regularmente citada e apresentou a contestação de fl. 31, sem qualquer conteúdo.

Somente quando foi instada a manifestar-se especificamente sobre tal situação (fl. 79), ela juntou a peça de resistência de fls. 81/94 sem explicar o que teria sucedido.

Já se vê então que o quadro delineado comporta a decretação da revelia da ré.

Independentemente disso, o relato de fl. 01 é claro ao assentar que a autora devia à ré a quantia de R\$ 278,19 por fatura vencida em outubro de 2010.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

É claro também ao definir que essa dívida foi saldada regularmente, consoante comprovação de fl. 03.

A ré, a seu turno, em genérica contestação – ofertada extemporaneamente, aliás – não impugnou especificamente essas alegações e tampouco o documento aludido.

Limitou-se a destacar que a autora tinha débitos pendentes que foram pagos, não se vislumbrando irregularidade alguma na negativação que levou a cabo.

Não assiste razão à ré, porém.

Vê-se a fl. 78 que a negativação em apreço (na esteira do documento de fl. 04) foi incluída pela ré em fevereiro de 2014 e excluída em maio.

Não há uma única justificativa para aquele ato, porquanto o débito remonta a outubro de 2010, sendo certo que a exclusão derivou da decisão de fls. 06/07.

Isso leva à conclusão de que a aludida inserção não tinha lastro a ampará-la, máxime diante da notícia de que a dívida sobre a qual versava já fora paga e da falta de impugnação específica pela ré quanto ao documento juntado pela autora a esse propósito.

A conjugação desses elementos impõe a procedência da ação, seja porque a declaração da inexigibilidade do débito é diante desse cenário de rigor, seja porque isso basta à caracterização de dano moral passível de reparação, consoante pacífica jurisprudência sobre o tema:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; REsp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O valor da indenização está em consonância com os critérios usualmente observados em situações afins (condição econômica dos litigantes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado) e por isso merece acolhimento.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir da propositura da ação, data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 06/07.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**